



27/março/2019

**Ao: MetroBarra S.A.**

At.: Acionistas, Conselheiros e Administradores

**Ref.: Relatório do Auditor Independente nº REL/2019**

Prezados Senhores,

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.S.<sup>as</sup> o Relatório do Auditor Independente acompanhado das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 do **MetroBarra S.A.**

Atenciosamente,

Ana Cristina Linhares Areosa  
Sócia de auditoria

**MetroBarra S.A.**

Relatório do Auditor Independente acompanhado  
das Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2018



Grant Thornton

# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do Auditor independente	3
Demonstrações Contábeis	7
Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018	14

# Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes  
Rua Voluntários da Pátria, 89 – 5º andar  
Botafogo  
Rio de Janeiro | RJ | Brasil  
T +55 21 3259.9234  
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**MetroBarra S.A.**  
Rio de Janeiro - RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **MetroBarra S.A.** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do **MetroBarra S.A.** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Ênfase**

### **Rebaixamento da classificação de risco da Companhia**

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 1.2. às demonstrações contábeis, que informa que em 11 de fevereiro de 2019, a Companhia descumpriu cláusula de “*covenants*” das suas debêntures relacionada ao rebaixamento da sua classificação de risco, podendo ocorrer a declaração de vencimento antecipado dessas debêntures. Caso os planos de afastamento do risco de declaração do vencimento antecipado não prosperem, há um risco significativo da Companhia não ter condições financeiras para quitar o total da dívida vincenda na data da declaração do vencimento antecipado. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## **Outros assuntos**

### **Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram por nós examinadas e o relatório datado de 19 de março de 2018, continha ênfase sobre investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação “*Greenfield*”, e que envolviam a Controladora, acionistas da Controladora e partes relacionadas da Companhia. Em 13 de março de 2019, conforme Nota Explicativa nº. 19, subitem (i) as medidas cautelares que tinham sido impostas foram revogadas.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a



Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2019.

Ana Cristina Linhares Areosa  
CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC 2SP-025.583/O-1 "S" - RJ



METROBARRA S.A. - METROBARRABALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	74.619	29.429
Contas a receber	5	14.943	13.031
Tributos a recuperar	6.a	1.583	19.478
Adiantamento		31	31
Outros		343	148
Total do ativo circulante		<u>91.519</u>	<u>62.117</u>
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras	4	47.962	46.212
Tributos a recuperar	6.a	-	1.609
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.b	40.294	5.129
Adiantamentos para aquisição futura - CRB	18.b	53.564	53.564
Imobilizado	8	989.099	1.026.990
Intangível		4.877	6.190
Total do ativo não circulante		<u>1.135.796</u>	<u>1.139.694</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1.227.315</u>	<u>1.201.811</u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	11.987	48.821
Debêntures	10	38.454	20.379
Tributos a recolher	6.c	736	344
Obrigações com empregados e administradores		943	1.154
Outros		7.286	186
Total do passivo circulante		<u>59.406</u>	<u>70.884</u>
NÃO CIRCULANTE			
Debêntures	10	918.884	956.832
Partes relacionadas	7	73.559	45.653
Total do passivo não circulante		<u>992.443</u>	<u>1.002.485</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	12.a	375.895	335.945
Prejuízos acumulados		(200.429)	(207.503)
Total do patrimônio líquido		<u>175.466</u>	<u>128.442</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.227.315</u>	<u>1.201.811</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

METROBARRA S.A. - METROBARRA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por lote de mil ações)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita operacional líquida	13	189.810	182.391
Custo dos serviços prestados	13	(60.094)	(47.867)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<u>129.716</u>	<u>134.524</u>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Gerais e administrativas	13	(50.677)	(70.710)
Outras receitas operacionais	13	4	60
		<u>(50.673)</u>	<u>(70.650)</u>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>			
Receitas financeiras	14	10.916	7.841
Despesas financeiras	14	(115.305)	(139.044)
		<u>(104.389)</u>	<u>(131.203)</u>
<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		(25.346)	(67.329)
Imposto de renda e contribuição social correntes	6.d	(2.746)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	6.d	35.166	-
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>		<u>7.074</u>	<u>(67.329)</u>
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)	15	<u>0,007</u>	<u>(0,098)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

METROBARRA S.A. - METROBARRA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

---

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	<u>7.074</u>	<u>(67.329)</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u><u>7.074</u></u>	<u><u>(67.329)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

METROBARRA S.A. - METROBARRADEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		266.045	(140.174)	125.871
Aumento de capital	12.a	69.900	-	69.900
Prejuízo do exercício		-	(67.329)	(67.329)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>335.945</u>	<u>(207.503)</u>	<u>128.442</u>
Aumento de capital	12.a	39.950	-	39.950
Lucro líquido do exercício		-	7.074	7.074
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u><u>375.895</u></u>	<u><u>(200.429)</u></u>	<u><u>175.466</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

METROBARRA S.A. - METROBARRA

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas		173.173	143.628
Receita de locação	13	209.157	200.982
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	13	(35.988)	(57.354)
Outras receitas		4	-
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		(12.186)	(7.888)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(12.186)	(7.888)
Valor adicionado bruto		<u>160.987</u>	<u>135.740</u>
Retenções		(60.394)	(47.920)
Depreciação e amortização	13	(60.394)	(47.920)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		<u>100.593</u>	<u>87.820</u>
Valor adicionado recebido em transferência		10.916	7.841
Receitas financeiras	14	10.916	7.841
Valor adicionado total a distribuir		<u>111.509</u>	<u>95.661</u>
Distribuição do valor adicionado		<u>111.509</u>	<u>95.661</u>
Pessoal e encargos		1.730	3.739
Remuneração direta		1.356	3.054
Benefícios		203	413
FGTS		85	266
Outros		86	6
Impostos, taxas e contribuições Federais		(12.730)	19.293
		(12.730)	19.293
Remuneração capital de terceiros		115.435	139.958
Juros		95.871	112.709
Aluguéis		131	974
Outros		19.433	26.275
Remuneração de capital próprio		7.074	(67.329)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		7.074	(67.329)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

METROBARRA S.A. - METROBARRA
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS  
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e contribuição social		(25.346)	(67.329)
Ajustes:			
Depreciação e amortização	13	60.394	47.920
Variações monetárias e encargos, líquidos		87.518	111.215
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	13	35.988	57.354
Outros		-	(1.938)
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais:</b>			
Contas a receber		(37.899)	(70.385)
Tributos a recuperar		19.504	19.400
Outros ativos		(195)	33
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>			
Fornecedores		(8.151)	15.961
Tributos a recolher		(2.354)	(469)
Partes relacionadas		27.906	26.352
Obrigações com empregados e administradores		(211)	25
Instrumentos financeiros derivativos		-	(911)
Outros passivos		7.100	(782)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>164.254</u>	<u>136.446</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aplicações financeiras		(1.750)	(4.223)
Aquisição de imobilizado		(49.506)	(78.855)
Aquisição de intangível		(367)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(51.623)</u>	<u>(83.078)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Aumento de capital	12.a	39.950	69.900
Amortização de debêntures	10	(18.269)	(8.120)
Juros sobre debêntures pagos	10	(87.400)	(76.475)
Aplicação financeira vinculada	10	(1.722)	(29.878)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(67.441)</u>	<u>(44.573)</u>
<b>AUMENTO LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>45.190</u>	<u>8.795</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		29.429	20.634
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		<u>74.619</u>	<u>29.429</u>
<b>AUMENTO LÍQUIDO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>45.190</u>	<u>8.795</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## METROBARRA S.A. - METROBARRA

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

---

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

##### 1.1. Operações da Companhia

O MetroBarra S.A. (“MetroBarra” ou “Companhia”), cuja sede está localizada na Av. Presidente Vargas 2.700, parte, foi constituído sob a forma de sociedade por ações de capital fechado em 20 de dezembro de 2012, e tem como objeto social a locação de bens próprios e participação em outras sociedades, na qualidade de acionistas, cotista ou *holding*. A Companhia assumiu em 2013 os direitos e deveres do contrato de adiantamento para aquisição futura da Concessionária Rio Barra S.A. (“CRB”) e tem realizado investimentos em material rodante, sistema e engenharia objetos deste contrato para poder exercer a opção de compra. A Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR detém 100% das ações da Companhia, sendo assim a sua única controladora.

Em 18 de junho de 2013, a Companhia e a CRB firmaram um contrato para a locação do material rodante, sistemas de sinalização e telecomunicações, embarcados de bordo, gerenciamento e pré-operação (“Material Rodante e Sistemas”), de acordo com os termos, condições e especificações previstas no Contrato de Concessão da Linha 4.

Em 15 de abril de 2015, o MetroBarra e a Concessão Metroviária do Rio de Janeiro (“MetrôRio”) firmaram contrato de locação de material rodante para utilização nas Linhas 1 e 2, onde entenderam que o uso prévio do material rodante, 15 trens, acarretaria em benefícios para ambas as companhias, uma vez que possibilitaria o aperfeiçoamento dos mesmos de forma planejada e segura para maximizar sua performance quando do início da operação comercial na Linha 4. Possibilitando também, a manutenção mais robusta dos trens Alstom/Mafersa do MetrôRio e evitando custos elevados de armazenamento e manutenção caso os mesmos não estivessem sendo utilizados.

Em 01 de julho de 2016, iniciou-se os testes integrados da Linha 4, a partir desta data o objeto do contrato assinado entre o MetroBarra e a CRB, atual concessionária da Linha 4, foi alterado para locação de trens.

No dia 01 de agosto de 2016 ocorreu o início da Operação Especial Olímpica na Linha 4 (trecho General Osório 2 até Jardim Oceânico) para portadores de ingressos que possuíam o Cartão Olímpico, atletas, organizadores e imprensa oficial dos Jogos Olímpicos. Em 19 de setembro de 2016 a Linha 4 entrou em operação, possuindo a extensão de 12,7 km e ligando o Jardim Oceânico, na Barra da Tijuca (Zona Oeste), à Estação General Osório, em Ipanema (Zona Sul).

Em 12 de maio de 2016, a Companhia assinou junto à Caixa Econômica Federal (“CEF”) o boletim de subscrição da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, as quais foram objeto de colocação privada. Em 13 de maio de 2016 os recursos foram liberados pela CEF, equalizando assim, a estrutura de capital da Companhia, os recursos propiciaram a quitação da 4ª emissão de debêntures em 22 de junho de 2016.

Em 31 de dezembro de 2018, o MetroBarra apresentou um capital circulante líquido positivo de R\$32.113 (negativo de R\$ 8.767 em 31 de dezembro de 2017).

A Administração elaborou projeções de resultados que indicam a futura geração positiva de caixa, entretanto o sucesso das operações depende da confirmação dessas projeções.

O MetroBarra, conforme Nota Explicativa 10, aprovou, em 20 de novembro de 2015, a terceira emissão de debêntures privadas, com esforços restritos no valor de R\$932.861. As mesmas possuem a INVEPAR como garantidor até que haja o *completion* financeiro do projeto.

## 1.2. Rebaixamento da classificação de risco da Companhia

Em 11 de fevereiro de 2019 a agência S&P Global Ratings revisou os ratings da INVEPAR, passando de 'B' para 'CCC+' na Escala Global e de 'brA-' para 'brBB-' na Escala Nacional Brasil. Também foram rebaixados os ratings das 3ª e 4ª emissões de debêntures da Invepar de 'brA-' para 'brBB-'. Ação semelhante foi aplicada pela mesma agência para o MetroBarra, que teve seu rating de Emissora rebaixado de 'brA-' para 'brBB-', respectivamente, em Escala Nacional Brasil.

Devido ao rebaixamento de rating ocorrido e a consequente verificação da hipótese de vencimento antecipado não automático das debêntures emitidas pela Companhia, será necessário convocar Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") para deliberar que não seja decretado o vencimento antecipado das debêntures ("Waiver"). A Administração da Companhia iniciou as tratativas pertinentes junto ao único debenturista (até o fechamento dessas demonstrações contábeis) e ao agente fiduciário das debêntures no sentido de convocar uma AGD para deliberar sobre o pedido. A Administração da Invepar e do MetroBarra estão envidando esforços relativos à obtenção do "Waiver".

Caso os planos de afastamento do risco de declaração do vencimento antecipado não prosperem, há um risco significativo da Companhia não ter condições financeiras para quitar o total da dívida vincenda na data da declaração do vencimento antecipado.

A Administração da Companhia em conjunto com a Administração da INVEPAR, na data de aprovação destas demonstrações contábeis, não possuem indicações acerca do insucesso destas ações nem de, no caso de insucesso, ser exercido o direito de decretar o vencimento antecipado da dívida, mas informa aos seus acionistas e ao mercado em geral, que este é um fator de risco a ser levado em consideração nas avaliações sobre a Companhia.

## 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação

técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidência a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

O encerramento das Demonstrações contábeis foi autorizado pela administração da Companhia em 27 de março de 2019.

## 2.1. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa 2.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo: Caixa e equivalente de caixa, Aplicação financeira e Instrumentos financeiros derivativos.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando a continuidade normal dos negócios da Companhia.

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21).

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

## 2.2 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Novos procedimentos contábeis e melhorias emitidos pelo IASB:

O *International Accounting Standards Board* (IASB) publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes:

- IFRS 16/CPC 06(R2) – Leasing: Estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil. Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 substitui a IAS 17 – Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações, no Brasil essas alterações foram tratadas como revisão do CPC 06;
- ICPC 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro – Essa interpretação explica como reconhecer e mensurar ativos e passivos sobre lucros correntes e diferidos, no caso em que há incerteza sobre o tratamento de um imposto onde as posições fiscais ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias;
- Aprimoramentos do ciclo 2015 a 2017 – IFRS 3 (CPC 15 – Combinação de negócios – R1), IFRS 11 (CPC 19 – Negócios em conjunto - R2), IAS 12 (CPC 32 – Tributos sobre o lucro) e IAS 23 (CPC 20 – Custos dos empréstimos - R1).

A Companhia está avaliando os reflexos destas normas e, no entanto, não espera impacto relevante sobre as demonstrações contábeis.

## 2.3. Reconhecimento de receitas

Uma receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços.

### a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente (IFRS 15).

### b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que

desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

#### 2.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados à mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

#### 2.5. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia adotou uma abordagem sistemática definida em contrato e realizou o cálculo da perda esperada, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro, ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico na qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível.

#### 2.6. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear à taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Também fazem parte do imobilizado, equipamentos e peças de reposição estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de realização. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

#### 2.7. Intangível

Refere-se ao direito de uso de software, registrados ao custo de aquisição.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

## 2.8. Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é reconhecida uma perda para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

## 2.9. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

## 2.10. Tributação

### Impostos sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

<u>Nome do tributo</u>	<u>Sigla</u>	<u>Alíquotas</u>	
		<u>Receitas operacionais</u>	<u>Receitas financeiras</u>
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	7,6%	4,00%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS, tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de Renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição Social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos em conformidade com o pronunciamento CPC 32, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisados anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, estas são revisadas em períodos menores pelas controladas. As premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e conseqüentemente a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

### 2.11. Resultado por ação

O resultado por ação é calculado com base no CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33). O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

### 2.12. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

#### Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

#### Estimativas e premissas

##### *Principais fontes de incertezas nas estimativas*

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis.

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos.

##### *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de

vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento, que tem como base as projeções até o término do Contrato de Concessão da linha 4, visto que a operação da Companhia está intrinsecamente relacionada ao Contrato de Concessão mencionado, e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

#### *Impostos*

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

#### *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

#### *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, fiscais e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia não possuía processos com prognóstico de perda considerados como provável ou possível.

#### *Depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível*

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. Estas taxas do ativo imobilizado e intangível são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.

### 2.13. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

### 2.14. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores e debêntures.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

– Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

– Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

– Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e bancos	33	1.180
Certificados de Depósitos Bancários – CDB ( a)	403	18.080
Fundo de Investimentos – BB Fortuna (b)	31.904	-
Fundo MOVER (b)		
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	4.603	-
Letras Financeiros do Tesouro – LFT	34.762	8.229
Títulos Públicos Federais	<u>2.914</u>	<u>1.940</u>
Total caixa e equivalentes de caixa	<u><u>74.619</u></u>	<u><u>29.429</u></u>

(a) Aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. O MetroBarra considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro 2018, a rentabilidade média desta aplicação é de 95 % do Certificado de depósito interbancário - CDI (96,53% do CDI em 31 de dezembro de 2017).

(b) Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, sem risco de mudança significativa de valor. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, e também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do Fundo são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Em 31 de dezembro de 2018, eram partes integrantes deste fundo a INVEPAR, LAMSA, METRÔRIO, METROBARRA, CLN, VIA040 e CART. Apesar de o vencimento ser de longo prazo as quotas do fundo podem ser resgatadas a qualquer momento. A rentabilidade do fundo é equivalente a 99 % do CDI.(98,87 % do CDI em 31 de dezembro de 2017).

### 4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>Taxa</u>	<u>Indexador</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Aplicações financeiras vinculadas:					
Certificados de Depósitos Bancários – CDB (a)	98%	DI	jul//23	47.962	46.212
Total de aplicações financeiras não circulante				<u>47.962</u>	<u>46.212</u>

(a) Aplicações financeiras mantidas em longo prazo, com a finalidade de atender a compromissos de caixa atrelados aos sistemas de sinalização e piloto automático, cujo a aplicação só será liberada, caso o investimento seja efetuado e comprovado.

### 5. CONTAS A RECEBER



	< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias	> 180 dias
	(88.791)	(8.929)	(4.102)	(1.580)	(3.449)	(4.302)	(4.532)
							(61.897)

## 6. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

### a) Tributos a recuperar

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Antecipação de imposto de renda e contribuição social	981	399
Saldo negativo do imposto de renda e contribuição social	426	1.521
PIS/COFINS(*)	-	19.031
Outros	176	136
Total	<u>1.583</u>	<u>21.087</u>
Circulante	1.583	19.478
Não circulante	-	1.609
Total	<u>1.583</u>	<u>21.087</u>

(\*) Crédito de Pis e Cofins sobre Importação de Máquinas e Equipamentos, conforme Lei 11.774/2008, integralmente compensado em 2018.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente.

Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e obrigações fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prejuízo fiscal	29.621	3.771
Base negativa de contribuição social	10.673	1.358
Total ativos fiscais diferidos	<u>40.294</u>	<u>5.129</u>

A Administração da Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2018</u>
2019	1.127
2020	1.979
2021	3.349
2022	6.834
2024 a 2026	4.659
2027 em diante	<u>22.346</u>
Total dos ativos fiscais diferidos	<u>40.294</u>

A Companhia possui IRPJ e CSLL diferidos não constituídos no montante acumulado de R\$43.203 (R\$66.971 saldo em 31 de dezembro de 2017).

c) Tributos a recolher

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
PIS e COFINS	694	-
ISS Retido	3	208
IRRF e CSRF	29	134
INSS de Terceiros	10	2
Total	<u>736</u>	<u>344</u>

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(25.346)	(67.329)
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	8.617	22.892
Adições permanentes	-	(42)
Outras adições/exclusões permanentes	34	75
Constituição Imposto de renda e contribuição social diferidos	35.166	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(11.397)	(22.925)
	<u>32.420</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.746)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>35.166</u>	<u>-</u>
Total dos impostos no resultado	<u>32.420</u>	<u>-</u>

7. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas do MetroBarra, sejam elas acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes que refletem as condições praticadas no mercado, aprovada pelos órgãos da Administração e divulgadas nas demonstrações contábeis. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia mantinha saldos relativos ao reembolso de despesas que ocorreram inicialmente em tais partes relacionadas, mas que geram benefícios econômicos e pertencem ao MetroBarra.

31 de dezembro de 2018				
Partes Relacionadas	Transação	Relação	Passivo Não circulante	Resultado
MetrôRio	Serviços compartilhados (a)	Parte relacionada	10.352	-
Invepar	Garantia fiduciária (b)	Controladora	56.678	(18.636)
Invepar	Serviços compartilhados (a)	Controladora	6.529	(9.268)
			<u>73.559</u>	<u>(26.972)</u>
31 de dezembro de 2017				
Partes Relacionadas	Transação	Relação	Passivo Não Circulante	Resultado
MetrôRio	Serviços compartilhados (a)	Parte relacionada	10.352	-
Invepar	Garantia fiduciária (b)	Controladora	34.597	(19.645)
Invepar	Serviços compartilhados (a)	Controladora	704	(2.607)
			<u>45.653</u>	<u>(22.252)</u>

- (a) Serviços compartilhados: referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.
- (b) Garantia fiduciária: Montante cobrado pela acionista INVEPAR referente à garantia fiduciária firmada no instrumento particular de escritura da quarta emissão de debêntures simples do MetroBarra.

#### Remuneração dos Administradores

Em 20 de abril de 2018, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$ 165.

Em decorrência da nova estruturação do grupo Invepar, os Diretores do MetroRio, ficaram responsáveis também pelo MetroBarra, por esta razão, a remuneração dos diretores é igual a zero.

## 8. IMOBILIZADO

Custo	Médias ponderadas anuais de depreciação %	31/12/2017	Adições	Transferências	31/12/2018
Máquinas e equipamentos	5	650.740	-	62.364	713.104
Móveis e utensílios	10	1.718	-	-	1.718
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	10	143.380	-	7.439	150.819
Equipamentos de informática	20	16.149	-	6.494	22.643
Equipamento de telecomunicações	20	1.855	-	-	1.855
Imobilizado em andamento	-	297.124	20.823	(76.297)	241.650
		<u>1.110.966</u>	<u>20.823</u>	<u>-</u>	<u>1.131.789</u>
Depreciação					
Máquinas e equipamentos		(60.918)	(40.160)	-	(101.078)
Móveis e utensílios		(220)	(172)	-	(392)
Benfeitoria em prédios e instalações de terceiros		(18.388)	(14.564)	-	(32.952)
Equipamento de informática		(3.989)	(3.446)	-	(7.435)
Equipamento de telecomunicações		(461)	(372)	-	(833)
		<u>(83.976)</u>	<u>(58.714)</u>	<u>-</u>	<u>(142.690)</u>
Imobilizado líquido		<u>1.026.990</u>	<u>(37.891)</u>	<u>-</u>	<u>989.099</u>

Custo	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2017
Máquinas e equipamentos	5	523.649	21	(2.625)	129.695	650.740
Móveis e utensílios	10	1.718	-	-	-	1.718
Benfeitoria em prédios e instalações	10	142.670	-	-	710	143.380
Equipamentos de informática	20	15.859	-	-	290	16.149
Equipamentos de telecomunicações	20	1.855	-	-	-	1.855
Imobilizado em andamento	-	347.047	80.772	-	(130.695)	297.124
		<u>1.032.798</u>	<u>80.793</u>	<u>(2.625)</u>	<u>-</u>	<u>1.110.966</u>
Depreciação acumulada						
Máquinas e equipamentos		(35.348)	(28.195)	2.625	-	(60.918)
Móveis e utensílios		(48)	(172)	-	-	(220)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(4.087)	(14.301)	-	-	(18.388)
Equipamentos de informática		(790)	(3.199)	-	-	(3.989)
Equipamentos de telecomunicações		(85)	(376)	-	-	(461)
		<u>(40.358)</u>	<u>(46.243)</u>	<u>2.625</u>	<u>-</u>	<u>(83.976)</u>
Imobilizado líquido		<u>992.440</u>	<u>34.550</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.026.990</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia, dando seguimento ao seu plano de negócios, investiu R\$20.823 (R\$80.772 em 31 de dezembro de 2017), os quais se referem principalmente a desembolsos referentes ao sinal e a fabricação dos equipamentos dos contratos de sinalização e piloto automático e aos gastos com engenharia.

O saldo remanescente no imobilizado em andamento é composto dos projetos relacionados ao piloto automático, sinalização, sistemas de telecomunicação e adequações no centro de manutenção no centro de controle operacional.

#### Redução do valor recuperável de ativos (“Impairment”)

De acordo com o CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado são revisados, no mínimo anualmente, para verificar se há alguma indicação de que possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo.

A Administração efetuou análise e projeção do desempenho operacional e financeiro de seus ativos, tendo como uma das principais premissas, o exercício da opção de compra da totalidade das ações da CRB pelo MetroBarra, conforme contrato de compra e venda firmado em 23 de novembro de 2012. A premissa adotada pela Administração no teste de impairment é que o exercício da opção ocorra até fim do exercício social de 2022, alterando assim a composição dos fluxos de caixa projetados da Companhia.

Após análises, a Companhia não identificou a necessidade de ajuste para redução do valor do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2018.

## 9. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo da Companhia com fornecedores totalizava R\$11.987 (R\$48.821 em 31 de dezembro de 2017), os quais R\$ 11.861 referem-se principalmente a instalação de sistemas de sinalização, via e telecomunicação na Linha 4.

## 10. DEBÊNTURES

	Moeda	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (Spread)	Garantia	Passivo Não circulante		Passivo Não circulante	
						Circulante	31/12/2018	Circulante	31/12/2017
Terceira emissão Debêntures	Real	20/11/2030	TR	9,19%	(b)	38.454	952.194	20.379	988.576
(-) Custo de captação	Real					-	(1.710)	-	(1.866)
Total Geral						38.454	950.484	20.379	986.710
Aplicação financeiras vinculadas (a)						-	(31.600)	-	(29.878)
Debêntures líquidas						38.454	918.884	20.379	956.832

(a) As aplicações financeiras no montante de R\$31.600 em 31 de dezembro de 2018, foram efetuadas em conexão com a cláusula estipulada nos termos da Escritura de Emissão da

3ª emissão debêntures, que determinam que a Companhia deva constituir uma conta reserva até 1 (um) mês antes da data do primeiro pagamento de principal, juros e/ou eventuais acessórios, o que ocorrer primeiro, das Debêntures. Esta aplicação é um CDB e está indexada pelo CDI em 90%.

Dessa forma, em decorrência da Companhia dispor de um direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido os ativos e passivos financeiros e da administração da Companhia ter a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, a Companhia classificou as respectivas aplicações financeiras vinculadas no seu passivo não circulante.

(b) Fiança ou Aval do Acionista.

Para caso de execução de garantia de ações de uma Companhia, deverá ser observado o pacto comissório do Código Civil. Ou seja, após a excussão da garantia e a transferência da propriedade das Ações Garantidas ao credor, as mesmas deverão ser vendidas à terceiros. De forma pública ou privada, sendo vedado a venda por preço vil. Logo, havendo dinheiro suficiente para pagar a dívida com a venda das ações a terceiros, o sobejo retornaria a Controladora da Companhia. No entanto, caso a venda das ações não seja suficiente para quitar a dívida, a Controladora da Companhia continuaria ser devedora.

	31/12/2017	Pagamento		Provisão juros	Custo de captação amortizado	Aplicação financeira vinculada	31/12/2018
		Principal	Juros				
Terceira emissão Debêntures	1.008.955	(18.269)	(87.400)	87.362	-	-	990.648
(-)Custo de captação	(1.866)	-	-	-	156	-	(1.710)
Outros	(29.878)	-	-	-	-	(1.722)	(31.600)
<b>Total dívida</b>	<b>977.211</b>	<b>(18.269)</b>	<b>(87.400)</b>	<b>87.362</b>	<b>156</b>	<b>(1.722)</b>	<b>957.338</b>

	31/12/2016	Pagamento		Provisão juros	Custo de captação amortizado	Aplicação financeira vinculada	31/12/2017
		Principal	Juros				
Terceira emissão Debêntures	982.506	(8.120)	(76.476)	111.045	-	-	1.008.955
(-)Custo de captação	(2.036)	-	-	-	170	-	(1.866)
Outros	-	-	-	-	-	(29.878)	(29.878)
<b>Total dívida</b>	<b>980.470</b>	<b>(8.120)</b>	<b>(76.476)</b>	<b>111.045</b>	<b>170</b>	<b>(29.878)</b>	<b>977.211</b>

Em 20 de novembro de 2015, a Companhia aprovou a terceira emissão de debêntures privadas, com esforços restritos no valor de R\$932.861.

Tais debêntures não são conversíveis em ações e não possuem cláusula de repactuação. As debêntures são remuneradas a 100% da TR + spread, e tem vencimento em 15 anos a partir da data da emissão e são garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia.

Em 12 de maio de 2016, a Companhia assinou junto à CEF o boletim de subscrição para emissão de debêntures no montante de R\$932.861, no qual o principal objetivo é a quitação das debêntures no montante de R\$600.000 da 4ª emissão.

Em 13 de maio de 2016, os recursos foram liberados pela CEF, equalizando assim, a estrutura de capital da Companhia.

Em 21 de junho de 2016, a Companhia cumpriu as condições precedentes de desbloqueio comprovando que todos os valores da 1ª liberação foram desembolsados conforme as regras da escritura das debêntures e com isso conseguiu a liberação de R\$900.100 para conta de livre movimentação, equalizando assim, a estrutura de capital da Companhia.

#### Destinação dos recursos

Parte dos recursos captados pela Companhia por meio da 3ª emissão de debêntures foi utilizada para pagamento do principal e juros objeto da 4ª emissão de debêntures.

#### Cláusulas restritivas

As debêntures da 3ª emissão deverão declarar-se vencidas antecipadamente no caso de ocorrência das cláusulas restritivas.

Caso o ICSD (índice de cobertura de Serviço da Dívida)  $< 1,3$ , a Invepar, em até 10 (dez) dias úteis contados da divulgação das Demonstrações Contábeis da Emissora ou da notificação do Agente Fiduciário o que ocorrer primeiro, deverá demonstrar ao Agente Fiduciário que, por meio de aporte de Capital na Emissora, mútuo ou dívidas subordinadas, consegue cumprir com o ICSD estabelecido na Escritura. Com relação aos mútuos e dívidas subordinadas, estes somente serão aceitáveis ao Agente Fiduciário exclusivamente se vencíveis após o vencimento final das Debêntures. Não será permitida a contratação de AFACs para fins de cumprimento do ICSD estabelecido na Escritura.

No caso de distribuição de dividendos, realização de pagamento de Juros sobre Capital Próprio aos acionistas da emissora ou qualquer outra forma de distribuição de recursos aos acionistas, incluindo o pagamento ou concessão de mútuos, com o descumprimento do índice financeiro abaixo:

Dívida Líquida/EBITDA, a ser acompanhado anualmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações contábeis anuais auditadas da Emissora ao final de cada ano civil, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento, pelo Agente Fiduciário, das referidas demonstrações contábeis, sendo que a primeira verificação para fins deste item será realizada com base nas demonstrações contábeis auditadas da Emissora referentes ao exercício encerrado em 2018.

Empresa	Dívida	Covenants	Limite	Apuração
METROBARRA	3ª emissão das debêntures	DL/EBITDA	≥ 6,5	Anual covenants até dezembro de 2018
		DL/EBITDA	≥ 5,5	Anual covenants até dezembro de 2019
		DL/EBITDA	≥ 4,5	Anual covenants até dezembro de 2020
		DL/EBITDA	≥ 3,5	Anual covenants até dezembro de 2021
		DL/EBITDA	≥ 3	Anual covenants até dezembro de 2022
		DL/EBITDA	≥ 2,5	Anual covenants até dezembro de 2023
		DL/EBITDA	≥ 2	Anual covenants a partir de janeiro de 2024

### Hipóteses de Vencimento Cruzado

- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas Invepar, CART, LAMSA, Metrô, CLN, Via040 e GRU AIRPORT (Partes Relacionadas) possuem cláusulas restritivas limitando o endividamento, contratação de novas dívidas, e emissão de novos valores mobiliários, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas Invepar, CART, Metrô, MetroBarra, CLN, Via040 e GRU AIRPORT (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à distribuição de dividendos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas Invepar, CART, LAMSA, Metrô, GRU AIRPORT, CLN e Via040 (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à alienação de ativos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas Invepar, CART, LAMSA, CLN, Metrô, MetroBarra, CLN, GRU AIRPORT e Via040 (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à alienação de controle acionário regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas as empresas Invepar, CART, LAMSA e MetroBarra (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de possível vencimento antecipado no caso de rebaixamento de rating conforme tabela abaixo:

Empresa	Rating limite
Invepar	BBB+
LAMSA	BBB+
MetrôBarra	BBB-
CART	A-

## 11. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantém seguros contra danos materiais e responsabilidade civil conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Limite máximo de indenização	Início	Vigência		Seguradora
			Fim		
Responsabilidade Civil	11.000	31/12/2018	26/04/2019	CHUBB	
Riscos de Engenharia	16.250	31/08/2018	26/04/2019	CHUBB	
Responsabilidade Civil D&O	100.000	20/03/2018	04/05/2019	XL Seguros	
Riscos operacionais	280.000	01/08/2018	01/08/2019	Tokio	
Responsabilidade Civil Geral	100.000	01/08/2018	01/08/2019	Tokio	

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

## 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social subscrito e integralizado é de R\$375.895 (R\$335.945 em 31 de dezembro de 2017), dividido em 1.176.824.854 (888.390.925 ações em 31 de dezembro de 2017), ações ordinárias, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal, assim distribuídas:

<u>Acionista</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Participação %</u>
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR.	1.176.824	100,00
	<u>1.176.824</u>	<u>100,00</u>

Durante os exercícios de 2018 e 2017, ocorreram os seguintes aumentos de capital:

<u>DATA DE INTEGRALIZAÇÃO</u>	<u>APORTE</u>
09.03.2018	3.600
11.05.2018	17.200
11.06.2018	3.800
12.07.2018	3.000
09.08.2018	3.300
12.09.2018	2.650
09.10.2018	2.600
11.10.2018	700
09.11.2018	1.020
12.12.2018	<u>2.080</u>
<b>TOTAL</b>	<b>39.950</b>

<b>Data de integralização</b>	<b>Aporte</b>
24.02.2017	10.000
12.04.2017	18.500
12.06.2017	13.000
31.10.2017	20.700
14.12.2017	7.700
Total	69.900

b) Dividendo mínimo obrigatório

Aos acionistas é garantido, estatutariamente, dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações.

13. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas		
Receita de locação	209.157	200.982
Tributos sobre a receita	(19.347)	(18.591)
Receita operacional líquida	<u>189.810</u>	<u>182.391</u>
Custos e despesas por natureza		
Pessoal	(2.047)	(4.431)
Conservação e manutenção	(96)	(36)
Despesas administrativas	(2.978)	(5.306)
Depreciação e amortização	(60.394)	(47.920)
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa e riscos	(35.988)	(57.354)
Serviços Compartilhados	(9.268)	(3.530)
Outras receitas (despesas) operacionais	4	60
Total	<u>(110.767)</u>	<u>(118.517)</u>
Custo de serviços prestados	(60.094)	(47.867)
Despesas gerais e administrativas	(50.677)	(70.710)
Outras receitas e despesas operacionais	4	60
	<u>(110.767)</u>	<u>(118.517)</u>

14. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	7.831	7.591
Variação monetária ativa	55	246
Variações cambiais ativas	3.030	4
Total das receitas financeiras	<u>10.916</u>	<u>7.841</u>
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	(743)	(920)
Juros passivos	(2.526)	(1.626)
Variações monetárias passivas	-	(8)
Variações cambiais passivas	(5.982)	(691)
Juros sobre debêntures	(87.362)	(111.043)
Outros (*)	(18.692)	(24.756)
Total das despesas financeiras	<u>(115.305)</u>	<u>(139.044)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(104.389)</u>	<u>(131.203)</u>

(\*) Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, refere-se a aval com a controladora Invepar.

## 15. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico e o diluído do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
	<u>Ordinárias</u>	<u>Ordinárias</u>
<b>Resultado básico e diluído por ação</b>		
<b>Numerador</b>		
Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	7.074	(67.329)
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	1.036.698	685.501
Lucro/Prejuízo (básico e diluído) por lote de mil ações (em reais- R\$)	<u>0,007</u>	<u>(0,098)</u>

A Companhia não possui instrumentos diluidores em 31 de dezembro de 2018.

## 16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E CONCENTRAÇÃO DE RISCOS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que

poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2018 e de 2017 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão apresentados a seguir:

<u>Instrumentos financeiros</u>	Valor justo 31/12/2018	Custo amortizado 31/12/2018	Valor justo 31/12/2017	Custo amortizado 31/12/2017
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	74.619	-	29.429	-
Contas a receber	-	14.943	-	13.031
Aplicações financeiras	47.962	-	46.212	-
Aplicações financeiras – vinculadas (*)	31.600	-	29.878	-
<b>Total do ativo</b>	<b>154.181</b>	<b>14.943</b>	<b>105.519</b>	<b>13.031</b>
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	-	11.987	-	48.821
Partes relacionadas	-	73.559	-	45.653
Debêntures	-	988.938	-	1.007.089
<b>Total do passivo</b>	<b>-</b>	<b>1.074.484</b>	<b>-</b>	<b>1.101.563</b>

(\*) Registradas no passivo não circulante para refletir a intenção da Companhia em liquidar seus passivos financeiros.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

*Caixa e equivalentes de caixa e instrumentos derivativos*

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos. Para os instrumentos financeiros derivativos o valor justo foi determinado com base em técnicas de avaliação para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado são observáveis, direta ou indiretamente.

*Contas a receber*

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo.

A necessidade de reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros no caixa e equivalentes de caixa são vinculadas a variação do CDI e as debêntures à variação do TR e as aplicações financeiras estão vinculadas à variação do CDI, IPCA e SELIC.

c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa e equivalentes de caixa. A Companhia mantém contas correntes bancárias em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

d) Risco de taxa de câmbio

O MetroBarra poderá sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função dos compromissos que a mesma assumiu para aquisição sistemas operacionais, considerando-se que parte destes itens serão adquiridos no mercado externo.

e) Operação de derivativos

O MetroBarra adota uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, sejam de natureza operacional ou financeira, ou ainda, eventualmente, de algum ativo.

As operações com instrumentos financeiros derivativos, foram liquidadas respectivamente em 27 de janeiro de 2017 e 22 de fevereiro de 2017. Não há transações em aberto em 31 de dezembro de 2018.

*Liquidados*

ANO 2017						
Instrumento	Banco	Data da contratação	Data do vencimento	Valor base (em milhares)	Preço de exercício (R\$)	Ajuste / exercício (R\$)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	14/07/2016	22/02/2017	USD 1.500	3,01	(635)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	26/08/2016	27/01/2017	USD 3.000	3,18	(875)
					Total	(1.510)

f) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de empréstimos bancários e debêntures.

	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 5 anos</u>	<u>Total 31/12/2018</u>
Ativos			
Aplicações financeiras	74.586	47.962	122.548
Passivos			
Fornecedores	11.987	-	11.987
Debêntures (*)	38.454	918.884	957.338

	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 5 anos</u>	<u>Total 31/12/2017</u>
Ativos			
Aplicações financeiras	28.249	46.212	74.461
Passivos			
Fornecedores	48.821	-	48.821
Debêntures (*)	20.379	956.832	977.211

(\*) Líquido das aplicações financeiras vinculadas.

g) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

No quadro abaixo, são considerados três cenários, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. As taxas foram:

<u>Referência para ativos e passivos financeiros</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
TR Passivo(% ao ano)	0,10%	0,13%	0,15%
DI Ativo (% ao ano)	7,16%	5,37%	3,58%
IPCA(% ao ano)	4,10%	3,08%	2,05%
SELIC(% ao ano)	7,16%	5,37%	3,58%
Taxa de câmbio média (R\$/US\$)	R\$ 3,71	R\$ 2,78	R\$ 1,85

**Fontes de informação: BACEN, CETIP e FGV.**

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo:

<b>Operação</b>	<b>Risco</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>Cenário provável</b>	<b>Cenário A</b>	<b>Cenário B</b>
<b>Ativos</b>					
Equivalente de caixa					
Certificados de depósitos bancários – CDB	DI	403	29	22	14
Fundo Fortuna	DI	31.904	2.284	1.713	1.142
Fundo mover					
Letras financeiras do tesouro	SELIC	34.762	2.489	1.867	1.244
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	IPCA	2.914	119	90	60
Certificados de depósitos bancários – CDB	DI	4.603	330	247	165
Aplicações Financeiras					
Certificados de depósito bancário – CDB	DI	47.962	3.434	2.576	1.717
Aplicação financeira vinculada	DI	31.600	2.263	1.697	1.131
<b>Passivos</b>					
Debêntures	TR	(988.938)	(989)	(1.236)	(1.483)

## 17. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Aquisição de imobilizado ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores)	1.568	30.251

## 18. OUTROS ASSUNTOS

### a) Contratação de Sistemas

No primeiro trimestre de 2014, a Companhia firmou junto a Alstom e a Siemens contratos para a execução, projeto e fornecimento de sistemas de sinalização da via e piloto automático, respectivamente, para a operacionalização do sistema metroviário da Linha 4 da cidade do Rio de Janeiro.

Os pagamentos são devidos pela Companhia aos fornecedores com base na evolução física dos projetos e as respectivas medições dos marcos definidos nos contratos.

### b) Adiantamento para aquisição futura da Concessionária Rio Barra (“CRB”)

Em 23 de novembro de 2012, a INVEPAR acionista controladora da Companhia, firmou um contrato de compra e venda de ações junto aos atuais acionistas da CRB.

A CRB foi constituída em 14 de dezembro de 1998 e tem por objeto social exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração, precedida de obras públicas dos serviços de transporte metroviário de passageiros da Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro extensão de

Ipanema a Barra da Tijuca e tem prazo de concessão até 2036.

Para concluir a aquisição da CRB, a INVEPAR assumiu o compromisso de adquirir trens e sistemas de sinalização, sistema de piloto automático e das intervenções no centro de manutenção e no centro de operação hoje das Linhas 1 e 2 para que ocorra a operação da Linha 4.

Em 11 de março de 2013, a INVEPAR cedeu os direitos e deveres do contrato de compra e venda da CRB para o MetroBarra, e com isso MetroBarra passa a ser a empresa responsável por essa aquisição.

Em 15 de outubro de 2013, o MetroBarra pagou aos acionistas da CRB o valor de R\$53.564 a título de adiantamento para aquisição futura dessa empresa.

Após a transferência efetiva do controle da CRB, será realizado o pagamento do Preço das Ações, formado por a uma parte à vista, correspondente às despesas ordinárias conforme definidas no contrato, limitadas a R\$ 600 anuais, mais uma parte variável a ser paga aos antigos acionistas da CRB baseada no número de usuários entrantes nas estações da linha 4 do Metrô (chamado PVPA – Parcela Variável do Preço de Aquisição).

Em julho de 2013, o MetroBarra assinou contratos complementares ao contrato de aquisição de CRB:

- Contrato de operação e manutenção: Foi assinado entre MetroBarra, MetrôRio, CRB e o poder concedente (interveniente) o contrato de operação e manutenção, onde, o MetrôRio, fica incumbido de executar a operação e manutenção da Linha 4 após o término das obras civis, o termino das instalações dos sistemas de sinalização e da aquisição dos trens.
- Contrato de compartilhamento de receitas: Foi assinado entre MetroBarra, CRB e MetrôRio, operador da Linha 4, o contrato que determina o modelo de compartilhamento de receitas entre as duas empresas.
- Contrato de locação: Foi assinado entre MetroBarra e CRB, atual concessionária da Linha 4, contrato de locação de trens e sistemas operacionais.

Os contratos complementares visam garantir a operação e manutenção da Linha 4.

Relativamente ao “Contrato de Outorga de Opções de Compra e de Venda de Ações de Emissão da Concessionária Rio Barra S.A. – CRB e Outras Avenças”, celebrado em 23 de novembro de 2012 pela Investimento e Participações em Infraestrutura S.A. (INVEPAR) e cedido à MetroBarra S.A. (METROBARRA), informamos que por não terem sido implementadas as condições precedentes previstas no referido instrumento, a METROBARRA iniciou procedimento arbitral contra a CRB e seus atuais acionistas. A CRB também apresentou contra pleitos e requereu indenização pelas perdas e danos suportados pela concessionária. Em 12 de julho de 2017, foi deferida a liminar que mantém o efeito suspensivo do exercício da opção de compra. O procedimento está em fase probatória e ainda não traz conclusões acerca da questão, de modo que a probabilidade de perda é classificada como possível.

## 19. EVENTOS SUBSEQUENTES

(i) A Companhia é controlada integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A (INVEPAR).

Em 13 março de 2019, foi encerrada a participação da Controladora na Operação Greenfield. A decisão foi proferida pela 10.<sup>a</sup> Vara Federal de Brasília, após procedimentos de auditorias realizadas pela Controladora e com a concordância do Ministério Público Federal, revogando as medidas cautelares que haviam sido impostas.

(ii) A Companhia, em 11 de fevereiro de 2019, foi informada pela agência de classificação de riscos S&P Global Ratings que revisou o rating de emissor e o rating atribuído à 2<sup>a</sup> emissão de debêntures da Companhia (“Debêntures”), passando de ‘brA-’ para ‘brBB-’, permanecendo ambos com *CreditWatch* negativo. Esta ação de rating decorreu do rebaixamento da classificação de risco da INVEPAR, conforme detalhado na Nota Explicativa 1.2.